

# PFL vai sugerir

TERÇA-FEIRA — 7 DE ABRIL DE 1987

Política

## demissão de Funaro

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), revelou que vai sugerir hoje ao presidente Sarney que demita o ministro Dilson Funaro, da Fazenda. O pedido deverá ser feito durante a reunião do Conselho Político do governo — às 11h30, no Palácio do Planalto —, o que deverá movimentá-la, pois desde já o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), não concorda com o líder liberal: "É um despropósito o José Lourenço querer pedir ao presidente Sarney a cabeça de Dilson Funaro".

Sutilmente, Lourenço desmentiu seu colega peemedebista. "Eu não vou pedir a cabeça do Funaro, mas apenas sugerir a medida..." Para o deputado liberal, não se justificam as pressões internacionais contra o ministro da Fazenda e, portanto, não são esses os seus motivos. "Quem não quer o Funaro é mesmo o povo brasileiro, não interessando a posição da CIA ou do Mitterrand" (presidente da França). O líder disse reconhecer os esforços do ministro em corrigir as distorções da economia, "mas hoje ninguém acredita mais nele e por isso precisa sair. O que não pode continuar é o processo de desgaste do presidente da República que ele acarreta" — frisou Lourenço, insistindo em que pedirá o afastamento de Funaro em função de seus erros. "Não tem sentido importar milho quando temos supersafra; comprar arroz quando existem milhares

de toneladas estocadas. Quem erra precisa mesmo sair."

Mas a reunião do Conselho Político não será apenas o pedido de demissão ou a defesa do ministro. Outro tema de grande importância — na pauta, e não previsto como a "sugestão" de José Lourenço — será a nova Lei de Greve, elaborada pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Também a modernização de toda a legislação trabalhista será discutida, juntamente com a política econômica do governo.

"O presidente Sarney marcou a reunião agora para dar uma resposta imediata aos trabalhadores" — explicou ontem o porta-voz do Planalto Frota Neto, afirmando que o governo pretende envolver mais os políticos nas questões sindicais, buscando com isso apressar a implantação da nova Lei de Greve. Sarney estaria querendo dar continuidade à conversa "amplamente satisfatória" que teve com sindicalistas na Granja do Torto, levando o Conselho Político a examinar assuntos trabalhistas.

### O ESPÍRITO DA OIT

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), disse que o governo quer que suas lideranças no Congresso aprovem as modificações na legislação que regulamenta o sindicalismo brasileiro, para adaptá-la ao espírito da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil e já aprovada pela Câmara. Para vigorar, precisa agora das homologações do Senado.

A OIT-87 permite grande liber-

dade de associação sindical, afastando os sindicatos da tutela oficial e, conseqüentemente, pondo fim ao imposto sindical obrigatório cobrado de todos os trabalhadores. As lideranças da Aliança Democrática no Congresso (PFL-PMDB) devem defender na reunião de hoje do Conselho uma forma intermediária para reduzir essa dependência dos sindicatos diante do Estado, sem cortar abruptamente suas receitas.

Grande parte das federações e confederações foi contrária à aprovação da OIT-87 na semana passada, quando provavelmente seria aprovada pelo Senado. Ela deixou de ser votada diante da previsão de que poderia ser contestada na Justiça e até anulada pelo STF, pois a convenção está discordante das principais determinações da legislação trabalhista em vigor. Depois de consultar os sindicatos, as lideranças do governo no Senado conseguiram um acordo no sentido de alterar a legislação trabalhista, por iniciativa do Executivo, e votar a OIT-87 somente em 18 de junho.

Além do fim do imposto sindical, outros pontos que a nova legislação do Ministério do Trabalho prevê são as punições contra grevistas e sindicatos e a possibilidade de mais de um sindicato representar a mesma classe trabalhadora. O projeto, com cerca de 30 artigos, pretende ser uma estrutura inicial para que a Convenção 87 possa ser aprovada em junho. "Nossa intenção é que surja uma verdadeira autonomia dos sindicatos" — disse o consultor jurídico do Ministério, Amauri Mascaro.

ANC 88  
Pasta 01 a 07  
Abril/87  
122

## Quércia cobra rapidez de comando de Sarney

"O presidente Sarney tem de assumir a condução da política econômica. E se quiser, para isso, reformar o Ministério, tem de fazê-lo logo, de acordo com os seus interesses e seu pensamento." A opinião é do governador Orestes Quércia, ressaltando que a mudança ministerial é de competência exclusiva do presidente. Qualquer iniciativa, no entanto, deve ser efetivada o mais rápido possível. Quércia recebeu ontem no Palácio dos Bandeirantes o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, que foi mais direto no assunto: defendeu a mudança do Ministério e a definição urgente da política econômica do governo federal. Amanhã estarão no Palácio os governadores Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Newton Cardoso, de Minas Gerais, e Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul. A reforma ministerial e a questão econômica serão novamente discutidas. Quércia nega que as reuniões com governadores envolvam a articulação de uma frente para pressionar o presidente Sarney.

Uma partida de futebol foi usada como exemplo pelo governador Fernando Collor para explicar sua opinião sobre a atual equipe ministerial. Segundo ele, "o jogo está-se desenrolando sem que haja um juiz. É preciso, em algum momento, expulsar um jogador de campo, porque cometeu uma falta grave". Mesmo sem mencionar os nomes que devem ser mudados, o governador alagoano insistiu em que, "de vez em quando, é preciso que um jogador sala para ser substituído por outro, que talvez se adapte melhor". Depois, acrescentou: "É preciso que o presidente Sarney apite o jogo, definindo as linhas mestras da economia".

Fernando Collor não escondeu seu pessimismo em relação à ação do governo federal na região Nordeste: "Estou desesperançado e espero pouca coisa", disse ele, frisando que

"falta decisão, falta definição e, sobretudo, aquilo que o povo brasileiro já perdeu, que é um pouco de esperança". Ontem, ele pediu o apoio do governo paulista para os planos de desenvolvimento de seu Estado, principalmente os ligados às Secretarias da Fazenda, Agricultura e Segurança Pública. Durante o almoço no Palácio dos Bandeirantes, Quércia e Fernando Collor acertaram a troca de informações e experiências entre os dois Estados.

### MARAJÁS

O governador de Alagoas considerou "um deboche, que merece o total e absoluto repúdio" a ameaça feita pelo mais famoso "marajá" de seu Estado, o consultor-geral da Assembleia Legislativa, Luis Gonzaga Mendes de Barros. O funcionário



Fernando Collor

anunciou que todos os "marajás" alagoanos pretendem fazer greve e fundar uma associação para defender seus direitos na Justiça.

A única forma de impedir o surgimento de uma elite dentro do funcionalismo público dos Estados, segundo Fernando Collor, é efetivar as propostas que ele apresentou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A primeira prevê que nenhum servidor estadual receberá um salário maior que um funcionário federal do mesmo nível. Ele sugeriu também que seja estabelecido um teto máximo no orçamento dos Estados destinado ao pagamento do funcionalismo. "Eu deixei o percentual em aberto", disse explicando, que a medida pretende evitar o que acontece hoje em Alagoas, "onde a arrecadação não dá para pagar a folha dos servidores".

O governador defende ainda a criação de penalidades para as administrações estaduais que sancionarem leis permitindo o surgimento dos "marajás". "Essas sanções poderiam ser desde a perda pura e simples do mandato até a inegibilidade do governador nas eleições seguintes", explicou.

Apesar das sugestões, ele admitiu que até agora não tem informações concretas sobre o excedente do funcionalismo em seu Estado. Argumentou que, por enquanto, determinou a assinatura do ponto por todos os servidores, para saber quantos existem em Alagoas. Em seguida, pretende fazer um cadastramento para detectar a origem de cada funcionário. Fernando Collor, ressaltou que apenas com a primeira medida, em uma empresa do Estado, já pôde constatar a existência de mil funcionários "fantasmas". Todos eles serão afastados do serviço público por abandono de emprego, porque até agora não se apresentaram para trabalhar, embora recebam os salários.

## Maioria do PMDB quer substituição do ministro

FLAMARION MOSSRI

Se houvesse uma consulta interna na bancada do PMDB na Assembleia Constituinte — uma espécie de Ibope peemedebista —, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, seria "crucificado". A grande maioria opinaria pela sua substituição e, de quebra, pela saída dos seus dois principais assessores — João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Beluzzo, ambos muito ligados ao presidente Ulysses Guimarães.

A avaliação é de parlamentares influentes do partido majoritário, alguns exercendo funções na vice-liderança de Mário Covas. Apesar disso, a maioria do PMDB, atendendo a recomendações do presidente e do líder do partido na Constituinte, optou pelo apoio ao ministro da Fazenda. Sua substituição, dizem eles, poderia implicar risco de o governo voltar à política recessiva. Isso acontecerá se nomeado, por exemplo, Eliezer Baptista, que poderia "rachar" o PMDB, com graves consequências no apoio político-parlamentar ao governo Sarney.

Os moderados do PMDB, mesmo confirmando a disposição de "presti-

giar" Dilson Funaro, mas não incondicionalmente, acham que dentro de 40 a 60 dias, no máximo, haverá a definição: ou fica Funaro com novos planos econômicos, ou sai Funaro, com o governo promovendo mudanças de orientação no setor econômico-financeiro. Nas duas hipóteses o PMDB não abre mão de participar do programa sócio-econômico.

Até recentemente o PMDB, como um todo, dava evidentes sinais de que deixaria de apoiar o ministro da Fazenda. As reações da sociedade contra a política econômica, depois do Plano Cruzado II, estão atingindo diretamente o partido. Dirigentes e líderes peemedebistas chegaram a aconselhar Ulysses Guimarães e Mário Covas a não apoiar tanto o ministro da Fazenda, sob risco de uma insatisfação popular recair sobre o PMDB.

Seguindo a orientação palaciana, de evitar o desprestígio de Dilson Funaro na nova rodada de conversação sobre a dívida externa, o ex-líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, reuniu um grupo de parlamentares em sua residência, com um item prioritário: a situação do ministro da Fazenda. O convi-

do especial do encontro foi o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte.

O mais preocupado com a "campanha de desestabilização" do ministro foi, justamente, Ulysses Guimarães. A conclusão foi que o PMDB tinha o dever, cívico até, de anular a campanha contra Funaro. Eles admitiram falhas na promoção de apoio partidário à moratória — só corrigida quase 40 dias depois, com nota oficial da direção nacional.

Ulysses Guimarães, depois disso, conseguiu convencer o líder do PDS, deputado Amaral Netto, a não provocar Dilson Funaro, quando do seu comparecimento à bancada do PMDB, na última quarta-feira.

O líder pedessista, de megafone em punho, pretendia ficar na entrada do auditório Petrônio Portella, do Senado, para cobrar do ministro da Fazenda explicações sobre suas denúncias — relativas a operações envolvendo a sua empresa, a Trol, o BNDES e a indicação, segundo ele, de dois ex-diretores do Banco para a diretoria da firma de Funaro.

O presidente do PMDB evitou o

espetáculo, com o compromisso de deixar Amaral Netto interpelar Dilson Funaro da tribuna da Câmara, quando do próximo comparecimento do ministro ao plenário. "Se não for o primeiro a interpelar, vou virar a mesa", avisou Amaral Netto.

Parlamentares influentes do PMDB, entre os quais Mário Covas, José Richa, Paulo Mincaroni, Euclides Scalco, Gerson Camata, Wilson Martins, Severo Gomes, Fernando Gasparian, Miro Teixeira e Antônio Brito, acham que o partido não pode deixar de respaldar a atuação do Ministério da Fazenda, diante da campanha sistemática pela sua derubada.

Eles sabem que na bancada partidária, se nada fosse feito, Dilson Funaro estaria com o apoio praticamente reduzido a zero. A queda do ministro atingiria também Ulysses Guimarães, considerado no PMDB como seu principal ponto de apoio. "Sem Funaro o governo Sarney seria forçado a recorrer ao FMI, restabelecendo a política do arrocho salarial, da recessão, da inflação incontrolada", garantiram líderes do PMDB.

Brasília/Agência Estado